

OS INGLESES NO ALGARVE NOS SÉCULOS XVII E XVIII

J. Romero de Magalhães

"In the little kingdom of the Algarve, there are vast quantities of wine, oil, corn, almonds, figs, and other fruits", era informação que qualquer interessado inglês podia obter facilmente em 1762. Bastava-lhe abrir a obra de Adam Anderson, *An Historical and Chronological deduction of the origin of Commerce* (1).

Algun outro, mais curioso, perguntaria o que saía de Inglaterra para o Algarve. E encontraria quem lhe dissesse que cereais e ervilhas secas, queijos e manteiga, batatas, muitas fazendas de lã, estofos, meias, calções e chapêus, munições, tinta, breu, caixas para tabaco, pentes de pau, vidros, relógios, arados e ferros com utilidades várias. Talvez ouvisse que às vezes ia bacalhau, e que os seus compatriotas transportavam produtos da América ou do Báltico (2).

Mas decerto só muito poucos diriam que os ingleses eram apontados, no extremo-sul do território português, como os causadores das desgraças económicas que então por lá se sentiam.

Em 1759 um magistrado régio deu conta a El-Rei do seguinte: "Conserva-se (*em Faro*) huma casa de negocio da Nação Britanica, e nesta o seu consul, o qual absorve quazi todo o negocio deste Reyno (*do Algarve*), e o que hé mais contra os tratados estipulados com Inglaterra, e as Leys novissimas de V. Mag.^{de} na dita Cidade tem logem em a qual vendem por miudo quantos generos há, ainda os de mercearia, assim como em outras terras deste Reyno tem outras logens por sua conta". E acrescentava: "He grande a opulencia desta caza, faz hum considerabilissimo comercio em toda a casta de graos, e vinhos, e agoas-ardentes, da sua abundancia nasce a dependencia, e assim são os senhores dispoticos daquella terra, pois

ainda que em todo o Paiz obrigue muito a dependencia, no Algarve faz os seus habitadores servos, e os despoem a faltarem a todas as Leys, rendem as submissoens mais profundas, e se humilhão vilmento' (3).

Dependência, expressão grave, e que corresponde ao que então se passava. No complexo jogo de forças da economia internacional, a Inglaterra ocupava a posição dominante, Portugal a dominada (4), como resultado do percurso da economia-mundial europeia desde o século XVI (5).

A posição portuguesa explica-se por uma conjugação de factores endógenos e exógenos, de que apenas saliento o facto de se ter mercantilizado precocemente, no comércio externo que abriu, sem que a produção interna acompanhasse aquela modernização (6). Donde resultaram dificuldades e desajustamentos económicos e, com força determinante, sociais e mentais. Só assim se explicará que o Rei e os estados ou ordens dominantes (clero e nobrezas) estarem profundamente empenhados na obtenção de rendimentos mercantis e, em simultâneo, criarem, apoiarem, ou mesmo consentirem, o Santo Ofício da Inquisição. Este, criatura que não poucas vezes escapará ao criador, controlará duramente a cultura, a sociedade e até a economia do País. Em especial destaca-se o seu papel de anemizador da classe mercantil, que persegue ferozmente (7). Desta perseguição resultou ficar Portugal empobrecido em homens de negócio, quer em número quer em capitais. Mas como em simultâneo a estrutura económica se mantinha, com a sua forte componente comercial, ficava em aberto um largo campo de actividades para os estrangeiros que o quisessem ocupar. Estrangeiros que, na margem da sociedade, segregados, não iriam pôr em causa os valores considerados essenciais, nem faziam perigar o ordenamento social.

É neste quadro - meramente apontado - que se entende a facilidade com que nos tratados com a Inglaterra de 1642 e de 1654, se incluíram as cláusulas de liberdade religiosa para os mercadores estrangeiros instalados em Portugal (8).

"Verdadeiramente é dificultosíssima de entender a razão de estado de Portugal nesta parte; porque, sendo um reino todo fundado no comércio os seus mercadores portugueses lança-os para reinos estranhos, e os mercadores estrangeiros admite-os dentro de si, com

que o proveito e interesses da negociação vem a ser todo deles, e nada nosso; porque o que os mercadores portugueses ganham nos reinos estranhos lá fica, e o que os mercadores estrangeiros ganham neste para lá vai" (9).

O caso algarvio ilustra bem o dizer do Padre Antônio Vieira.

O Algarve foi, até cerca de 1619, um rincão próspero de Portugal. Articulado economicamente com a Baixa-Andaluzia marítima participava, legal e ilegalmente, no rico trato das Índias de Castela. Nos seus portos principais, Lagos, Portimão, Faro e Tavira, vivia e mercadejava uma forte burguesia comercial (10). A crise de 1619-1622, viragem estrutural na economia do Mediterrâneo, fez-se aí sentir vivamente, o que provocou alterações fundas que levaram à saída de bastantes mercadores em busca de melhores negócios por outras bandas (11). Esse movimento vai ser ampliado e multiplicado nos seus efeitos pela perseguição que, brutalmente, se abate em 1633 sobre a população cristã nova. A Inquisição consegue "abrir judaísmo" (12). O número de mercadores e o movimento comercial quebram drasticamente. Mas os produtos da terra, os figos, o vinho, as frutas, o azeite, continuam a ter procura no Norte europeu. Falta o intermediário autóctone, vê-se chegar o estrangeiro. Mas agora praticamente só a Faro, que se torna o porto regional de maior movimento, e que centraliza quase todo o tráfico para o Norte (13).

Anteriormente já mercadores estrangeiros por aí tinham vivido e trabalhado. No século XVI e princípios do século XVII encontramos flamengos, franceses, italianos, sicilianos e muitos castelhanos e catalães (14); a partir de 1650 aí se instalarão holandeses, alemães e, sobretudo, ingleses. E agora, ao contrário do que sucedia anteriormente, são estes os que dominam quase todo o movimento comercial.

Em 1651 já o reduzido trato internacional do porto de Faro estava quase todo nas mãos do inglês Henrique Janson, o qual manterá importante casa comercial até 1675. Por palavras suas sabemos que era natural de Losthouse (?), no Yorkshire, que viera para o Algarve por volta de 1645 e que encabeçava "negoccos" de

grande porte" (15). Junto dele, trabalham, como caixeiros ou associados, não sabemos, Guilherme Miluart, de 1651 a 1656 e Guilherme Croquer, este último chegado mancebo de 18 anos, em 1654, "para ficar em terra em casa de Henrique Janson" (16). Seria natural de Exon (?) e em 1669 vê-se envolvido em problemas complicados com a Inquisição. Não sabemos o que lhe aconteceu, mas não mais lhe apanhamos o rasto (17).

Um outro mercador chega, já adulto e com dois criados, em 1669. Trata-se Filipe Melhor - Assim é dito o seu nome na documentação de que dispomos - que em 1672 será o cônsul dos ingleses em Faro, lugar em que se manterá até 1684 (18). Neste ano o consulado passa para Samuel Small - na documentação frequentemente Esmal - que alcançará destaque notório até 1692. Instala-se, ao que parece, em 1672. Deterá quase em exclusivo o comércio com a Inglaterra, com a Holanda, e uma boa parte das ligações com Lisboa e com a Andaluzia (19). E não hesitará em usar golpes baixos contra os seus concorrentes.

Em 1687 o Comissário do Santo Ofício em Faro escreve para o Tribunal de Évora: "Hoje se me veo dar hũa denunciação de hũ homem que aquy veo em hũ navio de Londres a trazer fazendas, e fazer carga de azeites, que juntamente a fez cõ hũ Lopo Roiz mercador nesta cidade christão novo por tal tido, natural das partes da Beira, em cuja caza esta o denunciado. Logo mandei chamar as testemunhas que me apontou o denunciante e as tirei como mando a V.S., que folgarei vã a deligencia na forma, que V.S. manda". Todavia o padre representante do Santo Tribunal, e o Bispo com quem se aconselhou, procederam a uma diligência de elementar cuidado: saber se a denúncia aproveitava a alguém. E aproveitava. Continua o padre: "Mas sabera V.S. como Samuel Smal hẽ mercador e carregador de navios, ingles, e sente muito, como consta, que venhão tantos navios a outro, senão a elle para so fazer melhor seu negoceo assy no que vende como no que compra, como a esperiência nos tem mostrado, e o denunciante hẽ tanto seu, que hẽ seu fiador da fazenda Real, que maneya, as mais testemunhas tambem são de sua caza, e nella comem. Supposto que tudo pode ser como dizem, faço a V.S. esta advertencia para que melhor o saiba" (20). Note-se que Samuel Small

é protestante e que utiliza o Santo Ofício para se abrigar de possíveis competidores. Voltarei a este aspecto.

Outros ingleses vêm e vão.

Em 1651 chega a Faro, de Londres, "Jan Parcher por mercador o qual fica e está morador em Tavira" (21). É provável que dele descenda a estirpe dos Parcar (Parker), de que será primeira figura ilustre D. João Parcar, já natural de Faro, casado aí com D. Maria Camacha da Silva, cônsul dos ingleses de 1715 a 1718. Estará à frente de grande casa comercial de 1712 a 1736. Destes são filhos os cônegos da Sé Cristóvão Parcar e Guilherme Parcar (1738) e seus netos o cônego Samuel Pitts Parcar (1759) e o Padre João Pitts Parcar. A casa comercial continuará com seu genro, D. Samuel Pitt (assim assinava mas os outros escreviam Pitts), e com sua filha, D. Maria Parcar Pitts. Esta, quando viúva, figura sozinha (1746), depois com seus filhos Pedro e Guilherme e, a partir de 1762, com seu genro D. João Keating. Este era natural de Lisboa e filho de Diogo Caetano Keating e de D. Maria Paula Keating, "naturais de Bertanha" (22).

Samuel Pitt nascera, diz, em Triquet (?), no Somerset, e daí passara a Cádiz e ao Algarve. Reduziu-se ao catolicismo romano para casar, em 1727 (23). Família portuguesa, a dos Parcar, que vai sempre renovando as suas ligações com ingleses.

Ingleses, cônsules, e senhores de importantes casas serão (entre outros) Diogo Holden (1695-1713) e Diogo João Amon (1735-1749). Mas a mais notável das presenças vai ser a dos Lamprière. Os primeiros deste nome são Tomás (1714-1735) e André (1719-1725); depois outro (ou o mesmo) Tomás e um João instalam-se em 1749 para criar a maior casa comercial de Faro na segunda metade do século XVIII (ou continuar a de Diogo João Amon?) - e atrair a fúria dos patriotas que, com razão ou sem ela, lhes atribuirão todos os males de que sofre a economia do pequeno território.

Estas casas inglesas centralizam em Faro as compras e as vendas dos produtos da terra e os estrangeiros, e mesmo têm os seus comissários espalhados um pouco por todo o Algarve. Dado o volume dos seus negócios impõem os preços do que compram e do que vendem, o que lhes atrai o odioso. Mas a verdade é que o faziam

porque não havia quem dispusesse de capitais suficientes, e de um conhecimento da rede internacional do comércio capaz de os enfrentar. A sua força provinha da fraqueza dos naturais e da organização comercial britânica, nomeadamente do crédito, de que beneficiavam (24).

O auditor do Regimento de Lagos o bacharel José Viegas de Andrade, explica em 1774 como as coisas se passavam: "Sendo os Comerciantes Inglezes estabelecidos em Faro os que carregão por Comissão huma grandissima parte dos fructos do Algarve, e muito poucos por sua conta, e risco, he a mesma comissão a sinco por cento, sem que nacional algum tenha comissão de carregar navios das naçoens estrangeiras, interessando-se os comerciantes inglezes de Faro maes neste negocio, que na exportação por sua conta. João Lamprier tem no Algarve Commissarios, que comprão para elle todos os fructos, em que a sua caza faz comercio. Tem barços, e carros seus com que faz o transporte dos fructos para os seus armazens, praticando estes, e outros meyos de enteresses, a fim ainda de fazer aquelles, que pertencem às occupaçoens, e trabalho dos nacionaes. Tem esta caza navios, que em Faro carregão os fructos do Algarve, e fazem para a mesma caza enteresses dos grandes fretes, e retornos para o comercio della. Este comerciante se interessa nas rendas publicas, a fim de melhor, e maes livremente praticar as ideias do seu negocio. Elle he o que no Algarve tem na sua mão a reputação, e exportação dos seus fructos, e a importação da mayor parte dos generos de que carece o Algarve. O respeito, e ascendente deste comerciante, e a dependencia, que d'elle ha no Algarve obrigão a obsequias e submissoens humiliantes, e servis, bastando somente o nome de -Lamprier- para impor respeito, e influir veneração" (25). E o mesmo autor conta que o detestado inglês arrematou uma fábrica de aguardente a qual, deixou de, desde então, destilar figos, avançando, podemos dizer, num processo de desindustrialização (26).

Um outro súbdito britânico é alvo das acusações do mesmo bacharel. "João Crespim comerciante ingles morador na cidade de Faro tem ahi huma loge de retalho, vendendo todas as fazendas della por miúdo a covodo, e tras a referida loge pelas feiras do Algarve da mesma sorte que qualquer português daquella profição. Esta loge sempre tem mayor consumo de fazendas do que aquellas loges dos mer-